



EDITAL

PARTE A

LICITAÇÃO Nº 20/CPL/2023.
PROCESSO N.º 3265/2022
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$1.295.313,07 (hum milhão, duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e treze reais e sete centavos)

ORIGEM DOS RECURSOS: 0024
PROGRAMA DE TRABALHO: 11.01.04.123.0006.2026
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00
SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2023 ÀS 10 HS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: 21 DE DEZEMBRO DE 2023 ÀS 10 HS.
--

OBJETO:

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Juiz Emílio Carmo – 50 – Centro - Paracambi/RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 2 (duas) resmas de papel A4 e identificação do interessado.

O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico www.paracambi.rj.gov.br

Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9103 – 2683-9115 ou e-mail: compraspmp2paracambi@gmail.com

PRAZO PARA EXECUÇÃO: 12 MESES

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta de Contrato

Agente responsável pela elaboração do edital



O Município de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante o Pregoeiro **Vania Abbes de Almeida** e equipe de apoio **Gilcea Bitencourt Rodrigues, Charles de Deus Silva, Leonardo de Moraes Vianna Távora Novais, Ticiane dos Santos Sarubi e Luciane Maria Gomes Alfeld Cruz** designados pela Portaria nº **133/2022 de 05 de maio de 2022** torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **20/2023** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, de conformidade com as disposições Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 5.267/2021 e 4.481/2017, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1- Os envelopes contendo a documentação e proposta serão recebidos na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, na sala da CPL, na sala da CPL até o dia **DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2023 ÀS 10 HS.** A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL, situada à Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no **DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2023 ÀS 10 HS**, horário de Brasília - DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as pessoas jurídicas que apresentarem propostas até o dia e hora dispostos no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, mediante comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 - **SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

2 - OBJETO

2.1 – A presente licitação tem como **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO GESTÃO TRIBUTÁRIA URBANA E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**, descritos e especificados no **ANEXO 6** – Termo de Referência.

3 – DA ESTIMATIVA DE PREÇO

3.1. O **menor preço por lote** para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em **R\$1.295.313,07 (hum milhão, duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e treze reais e sete centavos)**, conforme Anexo 1.1 deste edital.

4 - IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial e no site oficial da Prefeitura e, a critério do Município, comunicados aos adquirentes do edital, via telefax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

4.2 - Os questionamentos ao ato convocatório do convite serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes na parte A deste edital, e deverão ser formalizados por escrito, encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua : Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

4.3 - Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pela Comissão de Licitação por escrito.

4.4 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação. A licitante deve impugnar o edital com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de abertura dos envelopes com as propostas de preços, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/1993.



4.5 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas de preços.

5 – PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar do presente Pregão Presencial, as pessoas jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.2 - A pessoa jurídica participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.3 - É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado à reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

5.4 - É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.5 - Não será permitida a participação em consórcio.

5.6 - Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

5.7 – Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

5.8 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público lotado em órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.9 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

5.10 – Não poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

6 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa será exigido procuração via instrumento público ou carta de credenciamento (**Anexo 04**), a ser entregue fora de qualquer envelope, dirigida ao Pregoeiro com referência ao presente edital, em original ou cópia devidamente autenticada e com reconhecimento de firma em cartório, com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

6.1.1 - A não apresentação do credenciamento, nos termos exigidos neste edital, impedirá a oferta de lances verbais e a manifestação da intenção de interpor recursos por parte do representante da licitante, não havendo impedimento para participação da licitação.



6.1.2 – É vedado que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

6.2 - Deverá ser apresentada pelo licitante, juntamente com o credenciamento, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação fora de qualquer envelope, inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

6.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que tenham mandato para firmarem por escrito a declaração que cumpre plenamente os requisitos no momento da abertura do certame.

6.2.2 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 6.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

6.3 – A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar a declaração do item 6.2, deverá apresentar declaração conforme **Anexo 05**, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.3.1 – O microempreendedor individual, além de apresentar a declaração do item 6.2, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme **Anexo 05** declarando que é beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluído das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.4 – Os documentos necessários para credenciamento deverão ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, mediante apresentação do original para conferência, na CPL, situada na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas.

6.5 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

7 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

7.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua documentação e proposta, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta

ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:

ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

8 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. - A efetiva participação no Pregão Presencial dar-se-á por meio de entrega dos envelopes de documentação de habilitação e proposta de preços, até o dia e o horário previsto no item 1.1.

8.1.1 - Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

8.2 - A proposta de preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

8.3 - A proposta de preços, deverá:

a) conter indicação do preço por item e total ofertado;



- b) conter preço final do objeto para cada item e o preço por item ofertado na presente licitação;
- c) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;
- d) prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega das propostas.

8.4- A proposta de preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações, desde que esteja igual ao formulário oficial de proposta (**Anexo 1**).

8.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

8.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do Pregão Presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

8.7 - Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no (**Anexo 06**) deste Edital serão desconsiderados.

8.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;

b) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;

d) prazo máximo para início da prestação dos serviços, a contar da ordem de início exarada pela Administração.

8.8.1 – Caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.

8.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

a) onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

b) onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

c) onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;

d) em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

e) em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

8.9.1 – A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

8.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

a) não estejam devidamente assinadas;

b) contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;

c) contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;



- d) apresente preço manifestamente inexecutável;
- e) possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- f) que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º, do artigo 44, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- g) não observar o disposto nos itens 7.1, 8.3 e 8.4 deste Edital.

8.10.1 – No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum licitante inexecutável, concederá ao respectivo o prazo de 2 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos serviços que pretende prestar são coerentes com os do mercado.

8.11 – Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

9 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para abertura dos envelopes de propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

9.2 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

9.3 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

9.4 - Aberta à sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro, declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação.

9.5 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), àquela de menor preço.

9.6 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após obedecido o disposto no parágrafo 2º, do art. 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais.

9.7 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 9.5, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.8 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, a partir do autor da proposta de maior preço, seguindo-se os demais classificados, em ordem decrescente de valor.

9.9 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

9.10 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada ao Pregoeiro a prorrogação.

9.10.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.



9.10.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

9.12 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 – Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento, **MENOR PREÇO POR LOTE**.

10.2 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.3 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/2006 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

10.4 – Sendo verificada a ocorrência de empate entre licitante microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e outros licitantes, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.5 – Para efeito do disposto no subitem 10.4, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1 – O licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

10.5.2 – Não ocorrendo a contratação de licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 que se apresente na situação descrita no subitem 10.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10.5.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/06 que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3 deste edital, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

10.6 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7 – A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006.

10.8 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

10.9 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 10.17 do edital.

10.10 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

10.11 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade de redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha a ser desclassificada.



10.12 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas neste Edital.

10.13 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

10.14 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993; em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no § 2º, do artigo 45, da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.15 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

10.16 – De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

10.17 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor **MENOR PREÇO POR LOTE** da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima do referido critério.

10.18 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato.

10.19 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

11 - HABILITAÇÃO

11.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas, na forma do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.1.2 – No caso dos documentos a serem autenticados por servidores da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes.

11.2 - A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

11.2.1 - Habilitação jurídica

a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

b) Registro comercial, no caso de empresário pessoa física;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, do Código Civil, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, do mesmo diploma legal, as pessoas naturais incumbidas da administração.

11.2.2 - Regularidade fiscal e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei Federal nº 8.212/1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

c.3.1) os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi, sem prejuízo do atendimento do item c.3;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

11.2.2.1 – Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora na licitação.

11.2.2.2 - Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

11.2.2.3 - O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

11.2.2.4 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.3 – Qualificação econômico-financeira:

a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições;



a.1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, caracterizada pelos índices: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), não sendo permitido a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, calculados e assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante, através das seguintes fórmulas:

b.1) Índice de liquidez geral (ILG)

ILG \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + ANC}{PC + PNC}$$

Onde:

AC: ativo circulante

ANC: ativo não circulante

PC: passivo circulante

PNC: passivo não circulante

b.2) Índice de solvência geral (ISG)

ISG \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

Onde:

AT: Ativo total

PC: Passivo circulante

PNC: Passivo não circulante

b.3) Índice de liquidez corrente (ILC)

ILC \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

AC: Ativo circulante

PC: Passivo circulante

b.4) Na hipótese de o licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

b.5) A apresentação das demonstrações contábeis é obrigatória para análise econômico – financeira de todas as empresas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

8.2.3.1 - As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento previsto na alínea “b” acima.

11.2.4 – Da Qualificação Técnica:



a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) física e/ou jurídica (s) de direito público ou privado.

11.2.5 – Declaração complementar, conforme **Anexo 3**, consignando que:

a) assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;

b) atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade nos termos da legislação aplicável;

c) não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;

d) não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

e) garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;

f) os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou servidores municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção;

g) Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

h) Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.6 – Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

11.3 – Na hipótese de cuidar-se de microempresa, empresa de pequeno porte, e microempreendedor individual que observem o art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação de habilitação, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

11.3.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante for declarada vencedora do certame para a regularização da documentação, realizando o pagamento ou o parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa. O prazo a que se refere este subitem poderá, a critério do Município, ser prorrogado por igual período, consoante artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Após declarado o vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/2002, devendo a licitante manifestar imediata e motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

12.1.1 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

12.2 - Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas o Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número



de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, devendo ser protocolada no horário de 10:00h às 16:00h na sala da CPL, situada na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, exclusivamente por escrito.

12.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.4 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

12.5 - O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

12.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL, no horário de 10:00h às 16:00h.

12.8 - Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com o disposto no art. 41, § 2º da Lei Federal nº 8.666/1993.

13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

13.1.1 - No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

13.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14 - DO RECEBIMENTO

14.1 - O objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega do objeto contratual, observada a seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;

b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

14.2 - Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à contratada, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

15 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1 - O prazo para o fornecimento do objeto será de até **12 (doze) meses**, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, e nos termos dos artigos 57 e 65 Lei 8.666/1993.

16 – DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1 – Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, assinar o contrato.

16.2 - O não comparecimento no prazo no item anterior acarretará a perda da expectativa do direito de contratar, sem prejuízo da imputação das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/1993.



16.3 - Na hipótese de não apresentação no prazo fixado no item 16.1, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até que haja a apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

16.4 - Nas situações previstas no subitem anterior, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

16.5 - Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 60 (sessenta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

17 - DA FISCALIZAÇÃO

17.1 - A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo do Órgão Requisitante.

17.2 - Os atos da fiscalização realizados pelo Município não eximirão a empresa a ser contratada de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

c) multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

18.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

18.1.2 - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

18.1.3 - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista na alínea “f” do caput deste item.

18.1.4 - Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e” e “f” do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c” e “d”.

18.1.5 - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

18.1.6 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.



18.1.7 - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

18.1.8 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

19 - RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

20 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 - O Município fará o pagamento, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela contratada e aceita pelo Município.

20.2 - Para fins de pagamento, prevalecerá o valor correspondente à entrega efetiva do objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.

20.3 - Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

20.4 - O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

20.5 - O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a contratada promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, "a", da Lei Federal nº 8.666/1993.

20.6 - Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

20.7 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IGPM** e serão acrescido de 0,33% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre parcela de vida.

20.8 – Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

20.9 - No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

21 - ESTIMATIVA DE PREÇOS

21.1 - O **menor preço por lote** para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$1.295.313,07 (um milhão, duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e treze reais e sete centavos)**, conforme especificações do Termo de Referência.

21.2. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irreeajustáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresso requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice _____ (índice de reajuste).

21.3. A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, em virtude de eventos supervenientes, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art.65 da Lei Federal nº8.666/93.

22 - DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá oferecer garantia do **OBJETO**, conforme prevê o Termo de Referência - **ANEXO 6**.



23 - DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.2 - A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/1993.

23.3 - Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua: Juiz Emilio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, tel.: (21) 2683-9103 – 2683-9115, no horário de 10:00 às 16:00 horas.

23.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

23.5 - O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do contratado para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

23.6 - Não havendo expediente na CPL, na data marcada, o certame licitatório realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

23.7 - Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, no balcão de atendimento da CPL.

23.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666/1993.

23.9 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

23.10 - As despesas com a execução do objeto da presente licitação, durante o exercício de **2021**, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

PROGRAMA DE TRABALHO: 11.01.04.123.0006.2026

ORIGEM DE RECURSO: 0024

23.10.1 - As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

23.11 - Integram este Edital os seguintes Documentos:

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta de Contrato

Paracambi, ____ de _____ de 2023.

Agente responsável pela elaboração do edital



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO 1
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

LICITAÇÃO Nº ____/CPL/2023
PROCESSO N.º 3265/2022
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO GESTÃO TRIBUTÁRIA URBANA E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

EMPRESA:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
BANCO/AGÊNCIA:
CONTA BANCÁRIA:

EMAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V.UNITÁRIO R\$	V.TOTAL R\$
LOTE I					
01	Atualização do Cadastro Imobiliário com retificação em IN LOCO	IMÓVEL	5.000		
02	Licenças de uso de Software de Gestão e Fiscalização do Espaço Territorial Municipal	MENSAL	12		
03	Implantação de Software Gestão e Fiscalização do Espaço Territorial Municipal	UNIDADE	01		
04	Treinamento dos servidores envolvidos no Projeto de Execução da Regularização Urbanística e Fundiária	HORAS	80		
SUBTOTAL R\$					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V.UNITÁRIO R\$	V.TOTAL R\$
LOTE II					
05	Implantação de Software, Conversão e Customização de dados, Treinamento e Suporte Técnico (execução em até 15 dias após contratação)	UNIDADE	01		
06	Licenças de uso de SOFTWARE de gerenciamento e análise de dados emitidos pela secretaria estadual de fazenda/RJ, das empresas que realizam atividades comerciais no município, objetivando a análise e comparação do valor adicionado (VA), para incremento do índice de participação do município (IPM – ICMS), bem como acompanhamento das DECLAN-IPM das empresas e produtores rurais, conforme especificações do edital e seus anexos, bem como o Suporte Técnico, treinamento e Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas.	MENSAL	12		
SUBTOTAL R\$					
TOTAL R\$:					

PRAZO PARA EXECUÇÃO: 12 MESES.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO 1.1
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

LICITAÇÃO Nº ____/CPL/2023
PROCESSO N. 3265/2022
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO GESTÃO TRIBUTÁRIA URBANA E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

EMPRESA:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
BANCO/AGÊNCIA:
CONTA BANCÁRIA:

EMAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V.UNITÁRIO R\$	V.TOTAL R\$
LOTE I					
01	Atualização do Cadastro Imobiliário com retificação em IN LOCO	IMÓVEL	5.000	126,00	630.000,00
02	Licenças de uso de Software de Gestão e Fiscalização do Espaço Territorial Municipal	MENSAL	12	23.140,00	277.680,00
03	Implantação de Software Gestão e Fiscalização do Espaço Territorial Municipal	UNIDADE	01	47.166,67	47.166,67
04	Treinamento dos servidores envolvidos no Projeto de Execução da Regularização Urbanística e Fundiária	HORAS	80	343,33	27.466,40
SUBTOTAL R\$					982.313,07

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V.UNITÁRIO R\$	V.TOTAL R\$
LOTE II					
05	Implantação de Software, Conversão e Customização de dados, Treinamento e Suporte Técnico (execução em até 15 dias após contratação)	UNIDADE	01	43.750,00	43.750,00
06	Licenças de uso de SOFTWARE de gerenciamento e análise de dados emitidos pela secretaria estadual de fazenda/RJ, das empresas que realizam atividades comerciais no município, objetivando a análise e comparação do valor adicionado (VA), para incremento do índice de participação do município (IPM – ICMS), bem como acompanhamento das DECLAN-IPM das empresas e produtores rurais, conforme especificações do edital e seus anexos, bem como o Suporte Técnico, treinamento e Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas.	MENSAL	12	22.437,50	269.250,00
SUBTOTAL R\$					313.000,00
TOTAL R\$:					1.295.313,07

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO - CGM



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº ____/CPL/2023.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3
MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,
Em atenção ao Pregão Presencial nº **/CPL/** nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum servidor público municipal em seu quadro funcional;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal n.º. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO 4
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
Comissão Permanente de Licitação

Ref.:PREGÃO PRESENCIAL Nº **/CPL/ 2023.**

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa), participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO Nº ____/CPL/2023.

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6 **TERMO DE REFERÊNCIA**

1 – ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Finanças.

2 - DO OBJETO

2.1 Tem como objetivo a contratação de Empresa especializada na elaboração e implantação do **Projeto de Desenvolvimento Econômico da Gestão Tributária Urbana e territorial do Município de Paracambi - RJ**, com aplicação de soluções modernas, criativas e inteligentes objetivando estabilizar as receitas próprias, através da Atualização do Cadastro Imobiliário com retificação em IN LOCO; e do valor adicionado fiscal “DECLAN – IPM”, interligados a um **Sistema Georreferenciado de Gestão e Fiscalização**, com objetivo de subsidiar os técnicos das secretarias com informações georreferenciadas e com uma visualização espacial das áreas urbanas do município, favorecendo assim, o planejamento de ações dirigidas a promover o bem estar e a justiça social a população, em atendimento a Portaria nº 511 de 07 de dezembro de 2009, que institui Diretrizes para a Criação, Instituição e Atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário - CTM nos Municípios Brasileiros, da Lei nº 10257/2001 “Estatuto das Cidades” do Ministério das Cidades e pela Constituição Federal arts. 182 e 183. Essas legislações criam instrumentos e definem procedimentos, competências e responsabilidades do município, conforme descrito neste termo e seus anexos.

2.1.1 COMPOSIÇÃO DO OBJETO

LOTE I

1. Atualização do Cadastro Imobiliário com retificação em IN LOCO;
2. Licenças de uso de Software de Gestão e Fiscalização do Espaço Territorial Municipal;
3. Conversão, customização e implantação do cadastro fiscal;
4. Treinamento Servidores.

LOTE II

1. Implantação de software, conversão e customização de dados e treinamento de usuários;
2. Licenciamento de uso de software de gerenciamento e análise de dados emitidos pela secretaria estadual de fazenda/RJ, das empresas que realizam atividades comerciais no município, objetivando a análise e comparação do valor adicionado (VA), para incremento do índice de participação do município (IPM – ICMS), bem como acompanhamento das DECLAN-IPM das empresas e produtores rurais, conforme especificações do edital e seus anexos, bem como o Suporte Técnico, treinamento e Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas

3 - OBJETIVO

O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as condições gerais para a contratação de Solução elaboração e implantação do **Projeto de Desenvolvimento Econômico da Gestão Tributária Urbana e Territorial do Município**, através da Atualização do Cadastro Imobiliário com retificação em IN LOCO; e do valor adicionado fiscal “DECLAN – IPM, integrado aos serviços prestados aos contribuintes urbanos e rurais, bem como descrever as especificações exigidas para que ela atenda satisfatoriamente as necessidades do Município. As soluções serão compostas pelos produtos/serviços descritos neste termo e seus anexos.

4 - CONCEITOS

O Cadastro Técnico Municipal, como Instrumento de Política Social, Fiscal e Urbana, compreende desde as medições, que representam toda a parte cartográfica, até a avaliação socioeconômica da população; a legislação, que envolve verificar se as leis vigentes são coerentes com a realidade regional e local; e a parte econômica, em que se deve considerar a forma mais racional de ocupação do espaço, desde a ocupação do solo de áreas rurais até o zoneamento urbano.

Por definição, somente existe justiça social quando todos têm direitos iguais. Isto, no mínimo, deve-se imaginar quanto ao acesso às informações que definem o espaço territorial onde se vive. Este é o primeiro problema



que se enfrenta na gestão pública brasileira. O poder público não dispõe de informações espaciais que identifiquem o território sob a jurisdição daquela Instituição pública, seja federal, estadual ou municipal.

O CTM e a Justiça Social urbana, a condição básica para que haja justiça social é o conhecimento da condição de

moradia de cada cidadão. Para tanto, o poder público deve fazer o mapeamento detalhado de todo o território, somado ao levantamento das condições socioeconômicas da população. Quando o poder público tem a localização, o endereço e a verdadeira função de cada imóvel, tem-se o espelho da realidade ocupacional do espaço urbano.

O CTM e a Justiça Social no campo, lamentavelmente, o Brasil pouco ou nada investe no campo, em termos de mapeamento cadastral, fazendo com que o produtor não tenha nenhuma assistência qualificada, que permita ao extensionista mostrar de fato o que se pode fazer para melhor ocupar a sua propriedade.

Atualmente, a cobrança dos impostos territoriais é feita em sua grande maioria de forma declaratória, uma vez que o poder público não dispõe de informações para confrontar a veracidade do declarante. Assim, alguns por desconhecimento, outros sabendo quanto têm, o fazem por sonegação, declaram valores absolutamente errados, sabendo que o poder público não vai efetuar uma fiscalização mais efetiva.

Considerando que o Brasil ainda tem altos índices de crescimento urbano, seja pelo aumento da natalidade, seja por causa dos processos migratórios, o poder público deve contar com o mapeamento para poder prever quanto precisa investir em infraestrutura para suprir as necessidades de cada zona urbana e rural.

Assim, pode-se dizer que o cadastro urbano e rural tem como principais objetivos:

- 4.1.1 coletar e armazenar informações descritivas do espaço urbano e rural;
- 4.1.2 manter atualizado o sistema descritivo das características das cidades;
- 4.1.3 implantar e manter atualizado o sistema cartográfico;
- 4.1.4 fornecer dados físicos para o planejamento urbano, informações que estão sempre amarradas ao sistema cartográfico, respeitando o nível de detalhamento da escala da carta;
- 4.1.5 fazer com que o sistema cartográfico e o descritivo gerem as informações necessárias à execução de planos de desenvolvimento integrado da área urbana e rural;
- 4.1.6 tornar as transações imobiliárias mais confiáveis, através da definição precisa da propriedade imobiliária;
- 4.1.7 colocar os resultados do cadastro urbano e rural à disposição dos diversos órgãos públicos envolvidos com a terra, jamais se esquecendo do cidadão e contribuinte;
- 4.1.8 facilitar o acesso rápido e confiável aos dados gerados pelo cadastro a todos os usuários que precisam de informações.

Dentre as inúmeras vantagens do cadastro técnico urbano podemos citar:

- 4.2.1 Localização geográfica de todos os imóveis da cidade;
- 4.2.2 Ocupação ou finalidade de cada imóvel;
- 4.2.3 Uso atual do solo dentro de cada imóvel;
- 4.2.4 Declividade do solo;
- 4.2.6 Áreas em litígio entre imóveis confrontantes;
- 4.2.7 Delimitação de cada unidade imobiliária;
- 4.2.8 Estrutura fundiária e identificação das diferentes glebas;
- 4.2.9 Futuras regularizações dos títulos segundo as áreas;
- 4.2.10 Organização das comunidades segundo as glebas e/ou, bairros;
- 4.2.11 Base para a implementação de infraestrutura;
- 4.2.12 Subsídios para a melhor viabilização de projetos de engenharia, segundo as prioridades do mercado e dos investimentos públicos;
- 4.2.13 Avaliação do imóvel para desapropriação, visando obras públicas;
- 4.2.14 Facilidade para as transações imobiliárias;



- 4.2.15 Base para o gerenciamento da construção civil;
- 4.2.17 Base para atualização das legislações tributárias;
- 4.2.18 Base para se implantar plano de mobilidade urbana;
- 4.2.19 Base para Revisão do Plano Diretor Municipal;
- 4.2.20 Base para revisão do código de obras e posturas.

Os Sistemas de Informação Geográfica – SIG são ferramentas auxiliares que permitem parametrizar modelos de planejamento e visualizar os dados de forma gráfica (ou cartográfica), que são de mais fácil compreensão do que os tabulares ou relatórios.

O conteúdo e a precisão métrica dos dados gráficos são dependentes da coleta de dados, sendo assim uma atividade de grande importância desde o planejamento e a estruturação de um SIG. A manutenção e implementação do SIG são de responsabilidade da equipe técnica, que deve ter composição multidisciplinar de tal forma que atenda as necessidades do mercado e principalmente do contratante.

De acordo com a NBR 14.166, a Rede de Referência de apoio é um suporte para todos os levantamentos que se destinem a projetos, cadastros ou implantação de obras, sendo constituída por pontos de coordenadas planialtimétricas, materializados no terreno, referenciados a uma única origem (Sistema Geodésico Brasileiro – SGB) e a um mesmo sistema de representação cartográfica, permitindo a amarração e consequente incorporação de todos os trabalhos de topografia, cartografia ou geodésia à base cartográfica municipal.

O cadastro de limites físicos é comumente realizado pelos municípios brasileiros para áreas urbanas. No caso dos imóveis rurais, já é exigido pelo INCRA e registros imobiliários o georreferenciamento de acordo com a documentação, então o cadastro passa a ser também do limite legal. Alguns projetos específicos também exigem a identificação dos limites legais e físicos.

Nesse contexto, o cadastro territorial, tradicionalmente administrado pelos municípios, deve continuar sendo a base de interconexão com outros cadastros (denominados temáticos), sendo, portanto, o governo local o responsável pela gestão da articulação interinstitucional.

A atualização do cadastro imobiliário, dentro de um processo mais amplo de diagnóstico do sistema tributário municipal, permitirá à Prefeitura Municipal melhorar sua receita e corrigir as injustiças na cobrança de impostos. Nestes termos segundo Art. 11 da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) - constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da federação, lembrando que a LRF prevê que é crime a renúncia de receita.

5 - JUSTIFICATIVA

Para o desempenho das tarefas incumbidas ao Estado, este necessita de recursos, seja qual for o ente federativo. Em se tratando dos municípios, para que possam atender as necessidades públicas nos diversos setores em que atua, torna-se imperioso a fiscalização da receita tributária para que estas necessidades possam ser satisfeitas.

No entanto, para que estes recursos cheguem até os cofres públicos municipais, os municípios devem programar e institucionalizar políticas de ampliação e alocação de receitas públicas.

A Constituição Federal de 1988 quando trata da repartição das receitas tributárias, aduz em seu artigo 158, sobre os impostos pertencentes aos Municípios.

Art. 158. Pertence aos Municípios:

I - Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;



II - Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

III - Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;

IV - Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receitas pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - Três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de Mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - Até um quarto, de acordo com o que dispuser a lei estadual ou, no caso dos territórios, lei federal. (BRASIL, Constituição Federal, 1988)

Através da Lei Complementar nº. 63 de 11 de janeiro de 1990, o Governo Federal regulamentou e dispôs sobre critérios e prazos de créditos das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios.

O próprio município é responsável pelo acompanhamento da formação deste Índice de Participação do município.

No que se refere a receita própria de impostos direto, como IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis), o município tem como responsabilidade controlar a fiscalização e criar políticas de ocupação do território, com o objetivo de atender a função social.

Para facilitar a fiscalização do cadastro imobiliário e econômico do município, é necessário fazer o mapeamento horizontal da cidade, ao longo de suas vias públicas. A disponibilização da imagem aérea de qualidade, o que atende margem de erro aceitável de até raio de 8 cm, para o acesso fácil e rápido dos agentes fiscais do município agiliza o atendimento aos contribuintes.

Com o objetivo de reaproveitar as informações no processo de fiscalização, pretendemos contratar um Software de gestão e fiscalização do cadastro imobiliário urbano e rural, com controle também das atividades econômicas.

Para manter o histórico do desenvolvimento do território municipal, o sistema deverá possibilitar a integração de várias ortofotos que o município possui, inclusive das novas ortofotos que serão levantadas.

Com o intuito de melhoramento de receitas, pretendemos contratar um software para gestão integrada dos serviços aos contribuintes de ICMS, inclusive o gerenciamento da produção agrícola, com foco na arrecadação e incremento do índice de participação dos municípios – IPM.

O Estado basicamente se divide em três grupos de atividades econômicas, uma centrada na atividade industrial e comercial, uma voltada aos serviços e outra às atividades agrícolas.

A atividade agrícola tem maior dificuldade de ser gerenciada por se tratar de atividade primária. Por isso, o sistema deve fazer o monitoramento dos produtores rurais para suas devidas legalizações.

O município tem um grande potencial na produção agrícola, motivo pelo qual a solução que se pretende adquirir deverá efetuar o acompanhamento dos produtores habilitados à emissão de notas fiscais quando da saída de sua produção, seja qual for a natureza, pois isso é um fator fundamental na composição das receitas municipais. Em contrapartida, o município disponibiliza uma gama de serviços ofertados e prestados a estes produtores, o que o Software deve possibilitar registrar e gerenciar.

Atualmente, a sobrevivência dos municípios depende de sua habilidade e flexibilidade de inovar e efetuar melhorias contínuas. Para isso, os municípios vêm buscando incessantemente novas ferramentas de gestão, que as direcionem para uma maior competitividade através da qualidade e produtividade.

Assim como em toda economia moderna, na gestão da administração pública, seus principais ativos não são seus imóveis e equipamentos, mas sim bens intangíveis, como o capital humano e sua habilidade de desenvolver serviços e processos mais eficientes. Mas, com o avanço tecnológico em todos os campos da sociedade,



é essencial que a equipe humana disponha dos mais avançados recursos tecnológicos para consecução dos fins objetivados. A busca pela eficiência e gestão depende da capacitação de seus servidores, da qualidade dos conhecimentos que são capazes de produzir e transferir para o sistema prestacional e dos recursos tecnológicos colocados à sua disposição. Assim sendo, é importante refletir sobre a forma de melhorar o seu desempenho na produtividade e qualidade enquanto prestador de serviços municipais, salvaguardando o atendimento das necessidades públicas, onde os prazos de execução são apertados e com conteúdo de tarefas diversos e complexos.

A experiência histórica tem demonstrado que sob o capitalismo não há uma única forma de organizar os elementos do processo de trabalho. Além disso, o desenvolvimento e o predomínio de um arranjo particular, em uma certa época, são condicionados por fatores de natureza econômica, social, cultural, institucional e, traz consigo a marca de uma dada formação econômico-social. Mas a partir do momento em que uma forma específica tenha se constituído e se mostrado mais eficiente, ela tende a difundir-se a diferentes regiões e culturas através da ação das forças coercitivas da gestão administrativa. Portanto, facilmente compreendemos que os recursos tecnológicos postos à disposição passaram a fazer parte de nosso dia a dia, tornando-se primordial na melhoria de nossas atividades.

O pedido de contratação de sistema justifica-se pelo interesse público na melhor qualidade dos serviços prestados e no desenvolvimento dos trabalhos a serem desempenhados. A contratação do serviço oferece recurso tecnológico ao município para o efetivo incremento na receita, por meio de ações e procedimentos que racionalizam a gestão, possibilitando pleno conhecimento dos contribuintes do município. De posse destas informações, o município adota as políticas necessárias que visam reduzir a economia informal, a evasão fiscal e planejar todo o trabalho das secretarias e departamentos, garantindo o controle integral de toda a base contributiva.

A solicitação pretendida decorre da prerrogativa estabelecida pelo Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

A informatização das secretarias que são responsáveis pelo processo de fiscalização visa melhorar a qualidade dos atendimentos prestados e a redução da evasão fiscal do município, de modo a organizar os dados. O acesso fácil as informações agilizam e dão apoio à tomada de decisões, indispensáveis para uma gestão eficiente dos recursos e para o desenvolvimento sustentável do município.

Convém destacar, que a boa gestão fiscal pressupõe o lançamento e a efetiva arrecadação de todos os tributos de competência do Município, conforme descreve o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) que citamos:

“Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.”

Tais atividades somente poderão ser efetivadas com a correta identificação dos sujeitos passivos, com o aprimoramento da base cadastral, correção de processos e lançamento tributário e, efetiva arrecadação dos tributos pertencentes ao Município, sendo, imprescindível a aquisição das ferramentas de suporte técnicos.

“Há muita receita sendo desprezada pelos Municípios e a justificativa principal é o ônus político de cobrar impostos. É necessário enfrentar este ônus com sabedoria, para ficar livre de possíveis penalidades e melhorar a receita própria diminuindo a dependência das transferências. A cobrança correta do ISSQN e da Contribuição de Melhoria certamente superariam as receitas do IPTU na grande maioria dos municípios.”

Considerando, que na Portaria 511/2009 em seu “O Art. 30 Recomenda-se que o resultado final da avaliação retrate a real situação dos valores dos imóveis no mercado, permitindo o fortalecimento da arrecadação local dos tributos imobiliários e a promoção da justiça fiscal e social, com o tratamento isonômico dos contribuintes.

§ 1º A atividade de avaliação dos imóveis e a necessidade de manter os seus valores atualizados cabe aos administradores municipais.

§ 2º Para manter atualizada a base de cálculo do IPTU e demais tributos imobiliários recomenda-se que o ciclo de avaliação dos imóveis seja de, no máximo, **4 (quatro) anos.**”

Considerando, A deficiência de informações fidedignas sobre sua própria realidade é uma das características de um grande número de municípios brasileiros. É muito frequente o fato de executivos e legisladores municipais desconhecerem a porção de seu território que é ocupada ilegalmente por edificações, assim como é frequente, também, o desconhecimento da dimensão dos domicílios em favelas ou dos loteamentos irregulares, apenas para citar dois exemplos. A ausência de cadastros e mapeamentos confiáveis e atualizados constitui obstáculo a uma política fiscal e ao planejamento urbano adequado.



Considerando, a necessidade de melhorias na infraestrutura da Administração Fazendária objetivando o incremento da Receita do Imposto Sobre Transmissão de Bens Móveis – ITBI; Imposto Territorial Urbano – IPTU e das demais Taxas Municipais.

Considerando, que as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e as recomendações do Tribunal de Contas da necessidade de uma avaliação que melhor se aproxime aos valores da realidade imobiliária do Município é imprescindível a atualização da planta genérica de valores – PGV.

Considerando, que o município não dispõe de recursos humanos suficientes para realizar os trabalhos, não resta outra alternativa a não ser a contratação de empresa especializada. Para realizar a atualização dos valores venais – PGV, com a finalidade de atender à política de arrecadação tributária, propicia informações que poderão ser utilizadas para o planejamento das ações da Administração Municipal na ocupação e controle do uso do solo urbano.

Considerando, que o TCES, através de seus relatórios de auditoria considerou a ausência da atualização do Cadastro Mobiliário e Imobiliário fiscal do município, gerando assim inconsistências e insuficiência na fiscalização e cobranças nas receitas próprias.

Considerando, a necessidade de melhorias na infraestrutura da Administração Fazendária objetivando o incremento da Receita do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN; Imposto Sobre Transmissão de Bens Móveis – ITBI; Imposto Territorial Urbano - IPTU e das demais Taxas Municipais.

Considerando, que o objeto que se pretende contratar é primordial para a construção e o fortalecimento da cidadania em que as pessoas estejam inseridas no contexto de um sistema de gestão cadastral, ampliando o relacionamento do cidadão com o governo municipal permitindo um melhor planejamento com melhorias diretamente da qualidade de vida da população que devem estar estruturadas por dados atualizados e confiáveis, com aplicações que facilitem sua utilização, possibilitando acesso compartilhado

e compromisso mútuo dos diversos segmentos da sociedade, bem como da Administração Municipal, no sentido da manutenção da atualidade e confiabilidade dos dados.

Considerando, que a elaboração de uma base cartográfica digital, adequada à representação do ambiente urbano e a estruturação de um banco de dados geográfico, capaz de integrar diferentes bases de dados, é uma condição para atender e suportar as demandas da Administração Municipal no que diz respeito à atualização cadastral, ao atendimento ao cidadão e ao planejamento urbano, onde visam estabelecer condições para estruturação do cadastro imobiliário, mobiliários e outros módulos que irão atender outras secretarias municipais.

6 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

6.1 Para elaboração deste documento, foram observados às seguintes normas de regência:

6.2. Lei Federal nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

6.3 Lei Federal nº 10.520/2002: Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

6.4 Decreto Municipal nº 4.673/2018: Regulamenta sobre a utilização dos recursos de informática, e dá outras providências

7 – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Nº	Item	Descrição	Unidade	Quantidade
Lote I				
1	443746	Atualização do Cadastro Imobiliário com retificação em IN LOCO	Unidade	5.000
2	443748	Implantação de Software Gestão e Fiscalização do Espaço Territorial Municipal	Unidade	1



3	443747	Licenças de uso de Software de Gestão e Fiscalização do Espaço Territorial Municipal	Mês(es)	12
4	443749	Treinamento dos servidores envolvidos no Projeto de Execução da Regularização Urbanística e Fundiária	Hora(s)	80
Lote II				
1	443750	Implantação de Software, Conversão e Customização de dados, Treinamento e Suporte Técnico (execução em até 15 dias após contratação)	Unidade	1
2	443751	Licenças de uso de SOFTWARE de gerenciamento e análise de dados emitidos pela secretaria estadual de fazenda/RJ, das empresas que realizam atividades comerciais no município, objetivando a análise e comparação do valor adicionado (VA), para incremento do índice de participação do município (IPM – ICMS), bem como acompanhamento das DECLAN-IPM das empresas e produtores rurais, conforme especificações do edital e seus anexos, bem como o Suporte Técnico, treinamento e Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas	Mês(es)	12

8 - PRAZO DE ENTREGA

- a) Prazo para a entrega e como se darão os pagamentos durante a execução do respectivo contrato (mensal ou após a entrega), não esquecendo a proibição de pagamento antecipado prevista nos artigos 62 e 63 da lei n.4.320/64 e art.40, §3º, 55, III e 65, II, “c” da Lei n.8.666/93.
- b) A empresa deverá realizar os serviços, devidamente configurados e em pleno funcionamento, a ser definido no **Item 14 - PLANO DE TRABALHO**

9 - LOCAL DA ENTREGA DO OBJETO

- a) O local de entrega dos produtos será nas secretarias envolvidas no projeto, junto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- b) A contratada ficará sujeita às sanções previstas no edital.

10 - GESTOR / FISCAL DO CONTRATO

- a) A gestão do Contrato será de responsabilidade da Secretaria Municipal Finanças do Município de Paracambi, ficará responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante neste Termo de Referência, os servidores designados através de portaria para compor a comissão técnica de avaliação e execução, ou na ausência/impedimento, os substitutos posteriormente designados.
- b) O(a)s fiscal(is) ora designado(a)(s), ou em sua ausência, o seu substituto, deverá(ão):
- c) Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submetendo aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;
- d) Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;
- e) Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas ao objeto efetivamente entregue, antes do encaminhamento à Secretaria de Finanças para pagamento.

11 - MODALIDADE LICITAÇÃO



- a) A licitação em tela, objeto deste Termo de Referência, será levada a cabo por meio de seleção de propostas pela modalidade de licitação **PREGÃO PRESENCIAL** e pelo tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** na forma prevista no art. 45, §1º, I da Lei nº 8.666/93.

12 - DA JUSTIFICATIVA PARA ENQUADRAMENTO COMO BEM E SERVIÇOS COMUNS

Embora a Lei do Pregão nos forneça um conceito do tipo aberto sobre o que seja comum, após analisar três aspectos, quais sejam: a possibilidade de padronizar o objeto por meio de critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente; se havia disponibilidade neste mercado deste sistema, e verificado se as especificações adotadas eram usuais neste mesmo mercado, a presente contratação foi considerada comum, uma vez que nada mais são que serviços disponíveis no mercado.

O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens/serviços comuns de que trata a Lei nº 10.520/02, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

Conforme advoga Marçal Justen Filho, in verbis: “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio”.

Portanto, a definição de “bens e serviços comuns” inclui o simples, o padronizado, o rotineiro e ainda os que possam ser objetivamente descritos, sendo este o entendimento do Tribunal de Contas da União. Podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

A licitação em tela, objeto deste Termo de Referência, será levada a cabo por meio de seleção de propostas pela modalidade de licitação **PREGÃO PRESENCIAL** e pelo tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, considerando-se um ITEM único dividido em SUB-ITENS, na forma prevista no art. 45, §1º, I da Lei nº 8.666/93.

13 - PLANO DE TRABALHO

- a) Como **primeiro produto a ser entregue, a Contratada deverá elaborar um Plano de Trabalho** que descreva de forma detalhada todo o planejamento dos serviços a serem executados, com o objetivo de garantir o gerenciamento dos trabalhos, em atendimento aos requisitos técnicos, qualidade e prazos especificados neste Termo de Referência, e propiciar o adequado acompanhamento da execução desses serviços pela Contratante. O Plano de Trabalho deverá conter no mínimo os itens abaixo:
- ✓ Descrição das atividades a serem executadas para todas as etapas;
 - ✓ Cronograma do projeto, contendo todas as atividades e seus respectivos prazos de duração e forma de pagamento compatíveis com os prazos estabelecidos pela Contratante;
 - ✓ Relação da equipe técnica e suas funções;
 - ✓ Relação dos equipamentos e programas, bem como suas características, sendo esses em quantidade suficiente para a execução dos serviços no prazo estabelecido e com a qualidade requerida;
 - ✓ Definição da frequência e dos meios de comunicação para que a Contratante possa acompanhar e avaliar o andamento dos trabalhos;
- b) A Contratada deverá seguir o gerenciamento baseada no Plano de Trabalho, realizando seu controle e acompanhamento, através de Relatório Técnico relativo à etapa, impresso e em mídia digital.
- c) O Plano de Trabalho subsidiará o planejamento da atuação da Contratante no acompanhamento (progresso do projeto) e na fiscalização dos trabalhos e também na avaliação da qualidade dos produtos gerados. As especificações técnicas deste Termo de Referência sempre prevalecem ao detalhamento do Plano de Trabalho.



14 - MODELO DA PROPOSTA

- a) O licitante deverá encaminhar proposta de preços conforme modelo abaixo, apresentando o valor unitário e total por item e o total do projeto. O preço ofertado deve ter a inclusão dos tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução.

Proposta Comercial						
TOTAL LOTE I						
LOTE	ITENS	Projeto de Desenvolvimento Econômico da Gestão Tributária Urbana e Territorial do Município	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
	1	Atualização do Cadastro Imobiliário com retificação em IN LOCO	Imóvel	5.000		
	2	Licenças de uso de Software de Gestão e Fiscalização do Espaço Territorial Municipal	Mensal	12		
	3	Implantação de Software Gestão e Fiscalização do Espaço Territorial Municipal	Unidade	1		
	4	Treinamento dos servidores envolvidos no Projeto de Execução da Regularização Urbanística e Fundiária	Horas	80		
TOTAL LOTE II						
II	5	Implantação de Software, Conversão e Customização de dados, Treinamento e Suporte Técnico (execução em até 15 dias após contratação)	Unidade	1		
	6	Licenças de uso de SOFTWARE de gerenciamento e análise de dados emitidos pela secretaria estadual de fazenda/RJ, das empresas que realizam atividades comerciais no município, objetivando a análise e comparação do valor adicionado (VA), para incremento do índice de participação do município (IPM – ICMS), bem como acompanhamento das DECLAN-IPM das empresas e produtores rurais, conforme especificações do edital e seus anexos, bem como o Suporte Técnico, treinamento e Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas.	Mensal	12		
TOTAL LOTE I + LOTE II						

LOTE I

1. Atualização do Cadastro Imobiliário com retificação em IN LOCO

- a) Deverá ser executada a atualização da Base de Dados do Cadastro Imobiliário, com **através de visita in loco** para atualização do Cadastro de todos os logradouros localizados nas áreas urbanas do município, contemplando os seguintes elementos:



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

- ✓ Preparação da base espacial com estruturação da coleta de dados, compreendendo a organização e desenho do boletim de informação cadastral, organização de sistema digital de coleta de dados, sistematização das informações cadastrais ora em uso, implantação de sistema de gerenciamento de serviços de cadastramento;
 - ✓ Cálculo e classificação da área territorial e área edificada, por unidade imobiliária autônoma;
 - ✓ Codificação de setores, quadras, lotes e seções de logradouros procurando manter ao máximo a compatibilidade com a atual codificação em uso pela Prefeitura;
 - ✓ Elaboração de banco de dados com as informações necessárias para inserção dos dados cadastrais no SIG.
- b) Visando minimizar o trabalho de campo, alguns dos filtros poderão ser realizados após a atualização e o ajuste geométrico das malhas de lotes e de logradouros, quais sejam:
- ✓ Os imóveis das áreas sem cadastro existente serão cadastrados integralmente.
 - ✓ Verificação de áreas com notória ocupação em malha urbana diferente da legal ou cadastrada. Estas áreas serão indicadas pela CONTRATANTE.
 - ✓ Terrenos com edificações não registradas no cadastro atual.
 - ✓ Imóveis edificados cujas fotografias de fachada ou anotação de campo apresentem número de pavimentos maior que o registrado no cadastro existente.
 - ✓ Imóveis com alteração de uso residencial exclusivo, mas cujas fotografias de fachada ou anotação de campo indiquem existência de algum uso não residencial.
 - ✓ Os contornos das edificações deverão ser restituídos em ambiente 2D e/ou 3D, caso os imóveis apresentem pavimentos superiores recuados, o contorno de cada pavimento deverá ser restituído e a informação organizada em layers.
 - ✓ Deverá ser feito o cálculo de áreas edificadas a partir desses contornos, descontando, quando possível, a área de beiras cuja largura deverá ser adequadamente estimada.
 - ✓ Confrontação e atualização dos dados do novo BCI fornecido pelo Município;
 - ✓ Conferência da numeração predial fornecida pelo Município, para fins de atualização de endereço junto ao cadastro imobiliário urbano;
 - ✓ Atualização dos mapas de cada quadra, representando os lotes e prédios, utilizando a mesma convenção dos desenhos já existentes;
 - ✓ Os atributos e imagens digitais dos imóveis deverão ser coletados através de tecnologia palme top ou outra similar, que funcione em dispositivos móveis de tela sensível ao toque (smart phones, tablets, etc.) com câmera digital acoplada ou integrada e GPS.
- c) Produtos a serem entregues do cadastro
- ✓ Arquivos, no formato SHP e DXF, dos planos de informação mapeados, para a conferência do serviço de concepção da base geográfica e sua devida associação com o cadastro técnico, para sua posterior inserção no banco de dados geográfico.
 - ✓ Sumário de dados, no formato DBF, que contenha todas as informações atualizadas, incluindo as novas unidades levantadas.
- d) Observações Técnicas
- ✓ A Empresa deve ter aplicativo próprio para coleta de dados em campo;
 - ✓ O Levantamento Cadastral Imobiliário será norteado pelas regras estabelecidas neste Termo de Referência e em consonância com o Código Tributário Nacional, legislação municipal e com as demais legislações ou práticas reiteradas da Administração Municipal atinentes ao objeto;
 - ✓ Todo o pessoal de campo deverá estar uniformizado e devidamente identificado por crachá impresso com seu nome, identificação da Empresa;
 - ✓ Quando não for possível proceder com o levantamento ou coleta de dados e imagens de algum imóvel ou contribuinte, deverá constar no croqui e posteriormente no Banco de Dados, o motivo: proprietário ausente, não autorizado pelo proprietário ou edificação não habitada, para que seja programado o retorno ao local conforme o caso. Deverão ser programadas equipes para trabalhar aos sábados quando necessário, a fim de revisitar os locais em que os proprietários estavam ausentes. Cumpridos os procedimentos nos casos onde ocorrer a ausência do responsável ou o



impedimento da equipe responsável pelo levantamento a área construída, será estimada a partir de elementos interpretados a partir do aerolevantamento de alta resolução.

- ✓ O município deverá designar um ou mais servidor (es), com o objetivo de acompanhar e avaliar os serviços entregues.
- ✓ A conferência dos produtos entregues deverá ser feita pelos setores responsáveis pelo cadastro imobiliário do Município, ficando a cargo destes, o controle de qualidade dos serviços realizados e entregues.
- ✓ Após levantados os dados cadastrais, por etapa, a contratada com base nas novas informações lançadas no sistema de informação geográfica, realizará simulações de arrecadação para o próximo exercício fiscal, com o intuito de verificar eventuais erros no processo de recadastramento, para que sejam apresentadas as diferenças encontradas em valor a ser arrecadado, área construída existente cadastrada, nova área levantada e diferenças constatadas.

15 - ETAPAS

a) **Planejamento, Mobilização e Compilação das Informações:**

Preliminarmente deverá ser realizado um planejamento e compilação de informações existentes junto ao município, que disponibilizará todo o material existente, sendo em meio digital ou analógico, referente aos mapeamentos existentes, bases cartográficas, além dos bancos de dados do cadastro imobiliário e de logradouros. Esta etapa prossegue com a compilação dos dados coletados, abrangendo a execução de georreferenciamento, escanerização e vetorização dos dados considerados, em comum acordo, necessários para o bom desenvolvimento do trabalho.

b) **Elaboração de Plano de Trabalho e Cronograma de Desembolso:**

Junto com a equipe da Prefeitura deverá ser realizado o Plano de Ação e Cronograma de Desembolso Financeiro para cumprimento de todo “**Plano de Trabalho**”,

c) **Serviço de Cadastramento Imobiliário:**

A atualização do cadastro imobiliário deverá ser executada através de visita in loco.

d) **Levantamento de Dados Físicos dos Lotes e Edificações:**

A coleta de dados será realizada através de dispositivo móvel (tablets), com a utilização de aplicativo próprio da CONTRATADA, significando maior eficiência, redução de horas trabalhadas, economia de custos do processo e menor interferência pessoal.

e) **Vetorização dos croquis (edificações e lotes) de campo e verificação/correção:**

As medidas de lotes e edificações levantadas através de croqui em campo serão vetorizadas e terão suas áreas comparadas com as áreas contidas na base de dados imobiliária existente na prefeitura.

f) **Informação dos resultados ao contribuinte e notificação:**

Para os imóveis que apresentarem divergências entre os dados contidos na base de dados tributários e o identificado na atualização cadastral, os proprietários deverão ser notificados por meio de cartas contendo informações como: área construída e padrão imobiliário (antes e depois, da atualização), foto frontal do imóvel proveniente do trabalho das equipes de campo e foto aérea obtida através do levantamento aéreo. A notificação deverá ser gerada automaticamente com o sistema SIG licenciado em nome do município.

- ✓ O modelo de notificação deverá ser previamente aprovado junto com a Prefeitura através da Secretaria Municipal responsável pelo projeto.

LOTE I

Licenciamento do Software de Gestão e Fiscalização do Espaço Territorial Municipal – Conversão, Customização e Implantação

1.1. Características Técnicas

- ✓ O Sistema poderá ser dividido por módulos, que deverão operar de forma integrada e para acesso de até 10 (dez) usuários simultâneos.



- ✓ A contratação da Licença de uso do Software e das imagens do aerolevantamento e das fotos 360° será por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 57 inciso IV da Lei 8666/93.

1.2. Atendimento das características técnicas para os Lote 1:

Lote	Item	CARACTERÍSTICAS GERAIS - LOTE 1	
1	1	Requerimento	Atendimento pelo Licitante
	1.1	O software de Gestão e Fiscalização do Espaço Territorial Municipal que deverá ser executado pelo usuário final em sistema operacional Windows XP/Server ou acima;	Obrigatório
	1.2	Deverá apresentar os dados dos diversos cadastros municipais, dentre eles o Cadastro Imobiliário, de Contribuintes e dos processos de fiscalização em tabelas (linhas e colunas);	Obrigatório
	1.3	O software deve funcionar em rede TCP/IP;	Obrigatório
	1.4	Deverá possibilitar a organização das informações constantes das colunas de forma crescente ou decrescente, a fim de facilitar a localização dos dados;	Obrigatório
	1.5	Deverá possibilitar ao usuário final, ocultar ou exibir colunas da tabela de apresentação dos dados, para facilitar as análises, localização de dados e composição de relatórios;	Obrigatório
	1.6	Deverá possibilitar a pesquisa de dados nas colunas através da aplicação de filtros com lógicas pré-definidas como:	Obrigatório
		“Contém”, “Não Contém”, “Igual”, Diferente De” para textos.	
		“Maior Que”, Menor Que” “Está Entre”, “Igual A”, “Diferente De” para números e	
	1.7	“Maior do Que”, “Menor do Que”, “Está Entre”, “Não Está Entre”, “É Nulo” e “Não É Nulo” para datas;	Obrigatório
		Deverá permitir operações de inclusão, exclusão, alteração dos cadastros municipais (Imobiliário, logradouros, faces de quadras, pessoas físicas e jurídicas, serviços, atendimentos);	
	1.8	Deverá possibilitar a criação de campos no cadastro de serviços e nas características do local que receberão os serviços prestados;	Obrigatório



1.9	Os campos do cadastro de serviços poderão ser criados para registro de: números inteiros ou decimais, datas, textos, fórmulas aritméticas com números e datas, de acordo com as necessidades da secretaria;	Obrigatório
1.10	Deverá garantir que todas as funcionalidades possam ser operadas pelo usuário final sem a necessidade de intervenção de suporte técnico;	Obrigatório
1.11	Toda e qualquer mensagem ou tela dos módulos que compõem o sistema de Informações, deverão ser exibidas em idioma português;	Obrigatório
1.12	O software ofertado deverá possibilitar a importação de feições ou conjunto de feições selecionadas, em formato de mercado shape file, kml;	Obrigatório
2	ADMINISTRAÇÃO	
2.1	O software ofertado deverá possuir controle de acesso através de autenticação de usuário (login e senha);	Obrigatório
2.2	Deverá permitir a criação de perfis de acesso de acordo com Secretaria, Departamentos, usuários e administradores;	Obrigatório
2.3	O software ofertado deverá possibilitar que a secretaria Municipal possa gerenciar os perfis de seus Departamentos e usuários sem a interferência da empresa contratada;	Obrigatório
2.4	O software ofertado deverá possibilitar que cada secretaria Municipal possa gerenciar o acesso à consulta, inclusão, alteração e exclusão de seus arquivos tabulares e vetores por parte de outras secretarias, sem a interferência da empresa contratada;	Obrigatório
3	RASTREABILIDADE DE DADOS	
3.1	Todos os módulos do software devem permitir o cadastro, alteração e exclusão de acordo com o perfil do usuário, com controle de acesso ao sistema através do uso de login e senhas (autenticação do usuário);	Obrigatório
3.2	O software deverá possibilitar emissão de gráficos com os valores venais dos imóveis de cada logradouro entre os anos que o sistema estiver ativo;	Obrigatório



3.3	O software deverá possibilitar a emissão de gráficos com a quantidade de atualizações do cadastro imobiliário realizadas por cada usuário do sistema;	Obrigatório
3.4	O software deverá possibilitar a emissão de planilhas com todos os dados dos campos para que o contribuinte e o fiscal possam identificar onde houve alteração entre os campos, de modo que justifique o crescimento ou a redução dos valores venais dos imóveis;	Obrigatório
4	RELATÓRIOS	
4.1	Relação e quantificação de imóveis por Município, Distritos, Bairros, Quadras e Logradouros e seus respectivos valores venais, gerados a partir do exercício desejado pelo usuário final;	Obrigatório
5	INTEGRAÇÃO COM SISTEMA EXISTENTE	
5.1	O software deve gerar planilha configurada ou parametrizada com os dados importados, mantendo o código chave e os dados atualizados.	Obrigatório
5.2	Possibilitar que as planilhas sejam geradas pelos servidores do município através do software, mesmo sem conhecimento em banco de dados.	Obrigatório
5.3	O software deve possibilitar a geração de planilhas com filtro de dados por um único cadastro imobiliário.	Obrigatório
5.4	O software deve possibilitar a geração de planilhas com filtro de dados por uma quadra do cadastro imobiliário.	Obrigatório
5.5	O software deve possibilitar a geração de planilhas com filtro de dados por um Bairro do cadastro imobiliário.	Obrigatório
6.6	O software deve possibilitar a geração de planilhas com filtro por total dos dados do cadastro imobiliário.	Obrigatório
6	MÓDULO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	
6.1	Possibilidade de georreferenciar e registrar as informações das avaliações para cálculo do ITBI;	Obrigatório
6.2	Possibilitar a análise de preço médio do ITBI por regiões do município;	Obrigatório



6.3	Possibilidade de compartilhar os dados georreferenciados do cadastro imobiliário do município entre os usuários servidores da secretaria, para controle de avaliação do ITBI;	Obrigatório
6.1	RELATÓRIOS E DOCUMENTOS	
6.1.1	Relatório de quantas avaliações de ITBI foram realizadas em um determinado período e localidade.	Obrigatório
6.1.2	Relatório com o valor venal base do IPTU e o valor base do ITBI de cada imóvel;	Obrigatório
6.1.3	Possibilidade de cadastro de infraestrutura para gestão de fiscalização;	Obrigatório
6.1.4	Possibilidade de compartilhar entre os usuários servidores da secretaria os cadastros da infraestrutura e do patrimônio Imobiliário do Município (ex: pontes, estradas, bueiros), com o objetivo de acompanhar os prazos de vigência das licenças;	Obrigatório
6.1.5	Emissão do boletim de vistoria do ITBI, contendo a localização espacial do imóvel, logradouros que o cercam, foto de fachada, dados do Cadastro Imobiliário, data e hora da vistoria, nome do fiscal responsável pela vistoria, e outros a serem definidos pelo contratante.	Obrigatório
7	MÓDULO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	
7.1	GESTÃO DE ATENDIMENTOS AOS CONTRIBUINTES	
7.1.1	Possibilitar o agendamento dos serviços;	Obrigatório
7.1.2	Relação e quantificação de atendimentos realizados em um determinado período, possibilitando o filtro por tipo de serviço, beneficiado e sua localização;	Obrigatório
7.1.3	Relação e quantificação de quantas solicitações foram realizadas em um determinado período e, quantas foram finalizadas;	Obrigatório
7.1.4	Relação e quantificação de pedidos que foram solicitados e que não foram atendidos por cada tipo de serviço, no mês;	Obrigatório
7.1.5	Relação e quantificação de atendimentos rejeitados no período.	Obrigatório
7.1.6	Possibilitar a emissão de documento para cada tipo de serviço solicitado, podendo ser:	Obrigatório
	Ordem de serviço;	



	Notificação;	
	Autorização.	

LOTE I

Treinamento dos servidores envolvidos no projeto

- A proponente deverá efetuar o treinamento da equipe de servidores municipais que acompanharão os trabalhos, objetivando a apresentação dos propósitos a serem alcançados no desenvolvimento dos trabalhos, conceitos básicos sobre cadastro técnico, e por fim, os procedimentos específicos para elaboração de cada atividade como, por exemplo, preparo do material cartográfico, coleta de dados, conferência dos dados levantados em campo, controles, digitação e tudo o mais para a complementação do fluxo de atividades;
- A proponente deve também capacitar a equipe de servidores quanto aos procedimentos de atualização cartográfica, de geoprocessamento, e no uso dos sistemas;

Capacitação em todas as funcionalidades do Software de Gestão e Fiscalização do Espaço Territorial Municipal;

Deverá ser ministrado o treinamento prático aos servidores municipais de **80 (oitenta) horas**, nas dependências da Prefeitura, objetivando o conhecimento e utilização dos recursos oferecidos pelo sistema.

O treinamento deverá ser ministrado em datas a serem fixadas em conjunto entre a empresa fornecedora e a Prefeitura.

O treinamento deverá estar estruturado de forma a capacitar os usuários para:

- ✓ Conhecer os conceitos básicos de cartografia e geoprocessamento;
 - ✓ Instalar e Configurar o sistema;
 - ✓ Operar e Gerenciar o sistema (cadastramento de temas, consultas, segurança).
- O programa de capacitação e treinamento estruturado deverá abordar os aspectos técnicos da solução SIG e CTM a ser implantada de acordo com as funções e objetivos de três públicos distintos, a saber:
 - ✓ Os "técnicos SIG e CTM", os quais devem ser capacitados a manter e modificar as peças de software específicas da implantação no Município.

QUALIFICAÇÃO DA TÉCNICA LOTE II:

- Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido objeto pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com objeto desta licitação, de forma satisfatória, a fim de comprovar que a licitante, através dos seus responsáveis técnicos, tenha executado e/ou executando obras/serviços de características técnicas similares ou superiores às do objeto da presente licitação, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valores significativos são as seguintes:
 - ✓ Levantamento Cadastro imobiliário ou Cadastro Multifinalitário ou equivalente;
 - ✓ Implantação de Sistema de Informações Geográficas (SIG) ou Sistema de Geoprocessamento;
 - ✓ Declaração da firma licitante que é proprietária do Sistema ofertado, ou possui autorização para comercialização do respectivo Sistema, podendo assim fazer atualizações evolutivas.
- Serão consideradas inabilitadas a proposta da empresa que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou a apresentarem com vícios em partes essenciais e não atenderem a quaisquer dos requisitos exigidos para habilitação.
- Somente serão aceitos atestados ou certidões que contenham as seguintes Informações: nome do contratado e contratante, identificação do tipo ou natureza dos serviços e descrição dos serviços executados.

LOTE II



Implantação de software, conversão e customização de dados e treinamento de usuários

- a) O Empresa contratada deve fazer a customização, conversão e importação dos dados disponibilizados pela SEFAZ – RJ dos últimos 5 anos de publicação do IPM;
- b) O Software deve gerar automaticamente planilha com todos os dados para alimentação do sistema existente no município;
- c) A proponente deverá efetuar o treinamento da equipe de servidores municipais que acompanharão os trabalhos, objetivando a apresentação dos propósitos a serem alcançados no desenvolvimento dos trabalhos, os procedimentos específicos para elaboração de cada atividade da apuração das DECLANS – IPM.
- d) A proponente deve também capacitar a equipe de servidores quanto aos procedimentos de notificação dos contribuintes que estão em falta com o município;
- e) Capacitação em todas as funcionalidades do Software para gestão integrada dos serviços aos contribuintes de ICMS inclusive o controle e gerenciamento da produção agrícola;

Licenças de uso de SOFTWARE de gerenciamento e análise de dados emitidos pela secretaria estadual de fazenda/RJ, das empresas que realizam atividades comerciais no município, objetivando a análise e comparação do valor adicionado (VA), para incremento do índice de participação do município (IPM – ICMS), bem como acompanhamento das DECLAN-IPM das empresas e produtores rurais, conforme especificações do edital e seus anexos, bem como o Suporte Técnico, treinamento e Alterações Legais, Corretivas e Evolutivas.

2.1. Características Técnicas

- a) O Sistema poderá ser dividido por módulos, que deverão operar de forma integrada e para acesso de até 10 (dez) usuários simultâneos.
- b) A contratação da Licença de uso do Software para gestão integrada será por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 57 inciso IV da Lei 8666/93.

2.2. Atendimento das características técnicas para o Lote 2:

Lote	Item	Requerimento	Atendimento pelo Licitante
2	1	Características gerais Lote 2:	
	1.1	Cadastro das empresas e produtores que geram valor adicionado fiscal;	Obrigatório
	1.2	Cadastros das empresas para apuração do VAF com regime de tributação do simples nacional, lucro presumido e lucro real;	Obrigatório
	1.3	Módulo de Controle da Produção agrícola do município;	Obrigatório
	1.4	Controle do processo de inscrição estadual, alteração e baixa do produtor rural junto a Secretaria da Fazenda;	Obrigatório
	1.5	Emissão da documentação para efetivação do pedido de inscrição estadual junto a SEFAZ-RJ	Obrigatório
	1.6	Todos os módulos devem permitir o cadastro, alteração e exclusão de acordo com o perfil do usuário;	Obrigatório
	1.7	Controle de acesso ao sistema através do uso de login e senhas (autenticação do usuário);	Obrigatório



1.8	Apresentar os dados dos produtores, propriedades, localidades, empresas, Valor Adicionado Fiscal em tabelas (linhas e colunas), sendo que cada coluna deverá possibilitar a visualização das informações por ordem crescente ou decrescente, a fim de facilitar a localização dos dados;	Obrigatório
1.9	Possibilitar ocultar ou exibir cada coluna da tabela de apresentação dos dados, para facilitar a visualização dos dados e a impressão dos relatórios gerados pelo sistema;	Obrigatório
1.10	Possibilitar a utilização de filtros para cada coluna da tabela, sendo utilizadas para textos as lógicas: "Contém" e "não contém", "igual" e "diferente de"; para os números: "maior do que", "menor do que", "está entre" e "não está entre", "igual a" e "diferente de" e, para as datas, as lógicas: "maior do que", "menor do que", "está entre" e "não está entre", "é nulo" e "não é nulo".	Obrigatório
1.11	O sistema deverá permitir ao usuário a inclusão, alteração e exclusão dos dados referentes aos cadastros de serviços, atendimentos, produtores, propriedades, localidades e empresas, de acordo com suas permissões de acesso;	Obrigatório
1.12	O sistema deve garantir que todas as suas funcionalidades possam ser operadas pelos usuários, sem necessidade de intervenção de suporte técnico;	Obrigatório
1.13	O sistema deve possibilitar a importação dos dados do Valor Adicionado Fiscal disponibilizado pela SEFAZ-RJ;	Obrigatório
1.14	O sistema deverá apresentar as informações importadas da SEFAZ-RJ, ref. ao VAF dos últimos 05 anos;	Obrigatório
1.15	O Sistema deve possibilitar a importação do arquivo digital do SPED FISCAL, somar os CFOP relacionados as Entradas e os de saída de forma que demonstre a apuração do valor adicionado fiscal em comparação com a DECLAN e apresente as divergências;	Obrigatório
1.16	O sistema deve permitir a inclusão de dados cadastrais das empresas importadas através dos dados disponibilizados pela SEFAZ-RJ, como CNPJ, nome responsável, nome contador, e-mail, telefone, CNAE principal, data início e término das atividades;	Obrigatório
1.17	O sistema deve permitir anexar documentos em formato PDF, para cada contribuinte cadastrado;	Obrigatório
1.18	O sistema deverá emitir e enviar por e-mail notificações para o contribuinte ou grupo de contribuintes, mantendo o histórico dos documentos enviados;	Obrigatório
2	O sistema deverá gerar os seguintes resultados	
2.1	Gestão de Registro:	Obrigatório
2.1.1	Acesso aos dados;	Obrigatório
2.1.1.1	Todos os módulos devem permitir o cadastro, alteração e exclusão de acordo com o perfil do usuário, controle de acesso ao sistema através do uso de login e senhas (autenticação do usuário).	Obrigatório
2.1.1.2	O acesso aos dados de acordo com perfil do usuário;	Obrigatório
2.1.1.3	Relatório de utilização do sistema para cada usuário, contendo a data, a hora e as operações realizadas por ele;	Obrigatório



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

2.1.2	Configuração do software pelos usuários;	Obrigatório
2.1.3	O sistema deve realizar a importação dos arquivos SHP do Cadastro Ambiental Rural;	Obrigatório
2.1.4	Armazenar documentos digitalizados;	Obrigatório
2.1.5	Possibilitar o cadastro e compartilhar as coordenadas geográficas em pontos, linhas e polígono e os conjuntos de tipos de dados georreferenciados e ainda:	Obrigatório
2.2	Os resultados que o município busca com a contratação do software, deverá ser demonstrado através da emissão dos relatórios abaixo.	Obrigatório
2.3	Possibilitar o Controle de processos para a organização dos atendimentos do Núcleo Atendimento ao Contribuinte;	Obrigatório
2.3.1	Realizar o controle dos processos de inscrição estadual, alteração e baixa dos produtores e pescadores do município;	Obrigatório
2.3.2	Manter cadastro atualizado dos produtores e pescadores do município para planejamento das políticas públicas municipais;	Obrigatório
2.4	Permitir a gestão de controle da produção agrícola, promovendo:	Obrigatório
2.4.1	A geração de gráfico com a produção rural vendida no Município em um determinado período por cada localidade do município;	Obrigatório
2.4.2	A geração de gráfico da produção de cada produto do Município em um determinado período;	Obrigatório
2.4.3	A geração de gráfico da produção de cada produto em reais, em um distrito do município, em um determinado período;	Obrigatório
2.4.4	A geração de gráfico da produção rural do Município em um determinado período em cada Distrito;	Obrigatório
2.4.5	Que ao selecionar uma propriedade no software, que seja exibida sua localização em um mapa;	Obrigatório
2.4.6	Que ao selecionar a referência da propriedade no mapa, que seja exibida seu faturamento anual nos últimos anos;	Obrigatório
2.4.7	As Informações de quantas pessoas moram em cada propriedade, nome de cada uma e qual é o vínculo dela com a propriedade;	Obrigatório
2.4.8	O controle dos diferentes tipos de cultivo e da área cultivada de cada Propriedade;	Obrigatório
2.4.9	A emissão de relatório com quais propriedades que possuem mais de um determinado número de pessoas vinculadas;	Obrigatório
2.4.10	A emissão de relatório de quais propriedades têm menos de X recursos (infraestrutura);	Obrigatório
2.4.11	A emissão de relatório de quais propriedades de uma comunidade possuem irrigação;	Obrigatório



2.4.12	A geração do histórico da propriedade contendo os dados da propriedade, pessoas vinculadas, atividades da propriedade, resumo da produção agrícola, serviços realizados;	Obrigatório
2.4.13	A emissão de relatório de quantas propriedades têm em uma localidade e/ou distrito;	Obrigatório
2.4.14	A possibilidade de simular projeção de horas trabalhadas máquina x produção agrícola da comunidade. Exemplo: De acordo com a produção agrícola de cada produtor, quantas horas de retroescavadeira (ou outros serviços) seria necessário para atender cada comunidade do município.	Obrigatório
2.4.15	A Sistema deve incluir ou integrar as mapa de satélite do Google Earth, possibilitando assim a identificação das propriedades rurais, através da importação do arquivo SHP do cadastro ambiental rural. Podendo dessa maneira realizar o acompanhamento das propriedades rurais que têm atividades agrícola e não estão emitindo nota fiscal.	Obrigatório
2.5	Capacidade de proporcionar aos técnicos do município a conferência digital da DECLAN, arquivos VAF e Omissos de Declaração e os cálculos de valor adicionado de Simples Nacional, a partir de fontes de dados disponibilizados pela SEFAZ-RJ e Receita Federal;	Obrigatório
2.5.1	Deverá permitir a realização de consultas aos dados de movimentações econômicas e operações com documentos fiscais carregados nas bases de dados dos sistemas, a partir de múltiplos critérios de pesquisas, para contribuintes individuais ou para grupos de contribuintes, permitindo a impressão ou exportação dos dados consultados para planilhas eletrônicas por múltiplos critérios de pesquisa, como código fiscal de operações e prestações, número de documento fiscal, agrupamento de operações, item de mercadoria de documento fiscal, inscrição estadual e CNPJ, unidade federada de origem e destino, chave de documento fiscal eletrônico.	Obrigatório
2.5.2	Deve ser mantida e possibilitado o acesso de informações de monitoramento da utilização do sistema por usuário e logs de uso do sistema e de quaisquer alterações nos dados persistidos em banco de dados, permitindo ao Município identificar, sempre que necessário, qualquer alteração realizada, por data e hora, usuário que fez o acesso, relatório gerado e contribuinte acessado;	Obrigatório
2.5.3	Deve emitir Termo de Ação Fiscal de forma individualiza e em grupo de contribuintes, com modelos previamente definidos, mantendo histórico dos documentos enviados;	Obrigatório
2.5.4	Deve permitir o envio de Termos de Ação Fiscal por e-mail para os contribuintes, diretamente pelo portal de serviços, com anexação de arquivos a esses e-mails;	Obrigatório



2.5.5	Efetuar carga dos dados de arquivos do SPED Fiscal (EFD ICMS/IPI) dos contribuintes cadastrados, conforme o layout oficial deste arquivo, efetuando cálculo de movimento econômico relativamente às entradas e saídas, nas regras da legislação de referência para os contribuintes do Regime de Débito e Crédito;	Obrigatório
2.5.6	Permitir a carga de arquivos de dados no sistema sem impor limites de tamanho e quantidade de arquivos, através do uso de interface web do próprio licitante, com cargas realizadas exclusivamente por prepostos do Município;	Obrigatório
2.5.7	Comparar os dados de apuração do VAF obtidos a partir de dados das EFD ICMS/IPI conforme os valores correspondentes da DECLAN, gerando relatórios no formato da DECLAN a partir dos dados da EFD ICMS/IPI, permitindo detalhamento sucessivo por CFOP, item de mercadoria e relação de documentos fiscais, confeccionando DANFE de NF-e para documentos fiscais eletrônicos com XML carregados no sistema;	Obrigatório
2.5.8	Fazer carga de arquivos XML das NF-e de ICMS/IPI (Modelo 55), verificando a autenticidade e validade jurídica, recusando as que não tenham esses atributos;	Obrigatório
2.5.9	Permitir a inclusão das informações de contribuintes dos arquivos do Simples Nacional (DEFIS e PGDAS-D) obtidos da área restrita do Município junto ao portal do Simples Nacional, identificando os cálculos de valor adicionado por CNAE e contribuinte e os com valor negativo, omissos ou zerado na declaração ou no VAF-ICMS;	Obrigatório
2.5.10	Apresentar de forma parametrizada, quaisquer dados existentes nos campos descritivos dos XML de operações de entrada e saída, e é capaz de utilizá-los para prover informações de interesse para auditoria;	Obrigatório
2.5.11	Disponibilizar a partir das informações oficiais fornecidas pela Secretaria da Fazenda do Estado, os valores de VAF e relação de DECLAN omissas e inconsistentes, relativas ao Município;	Obrigatório
2.5.12	Possibilitar o acompanhamento da entrega das informações dos VAFs de contribuintes estabelecidos no município, no período de 05 anos, permitindo identificar os omissos de declarações e as declarações por declarante e por contador e CNAE (Código Nacional de Atividade Econômica), referenciando os contribuintes e seus valores adicionados fiscais de ICMS, identificando declarações aceitas, recusadas, negativas, com VAF-ICMS zerado (inconsistências de DECLAN);	Obrigatório
2.5.13	Permitir detalhar as informações relativas as operações com mercadorias, como informadas nas EFD ICMS/IPI e NF-e, por código fiscal de operação, item de mercadoria de documento fiscal, identificando sua chave de acesso, gerando DANFE para XML carregado no sistema e calculando valor adicionado das operações e prestações do ICMS por contribuinte;	Obrigatório



- ✓ A capacitação técnica da empresa será comprovada através de atestados de responsabilidade técnica relativos à atividade de igual ou equivalente teor do objeto desta contratação em nome da licitante.
- ✓ Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do presente edital, mediante apresentação de, no mínimo, um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- ✓ Somente será considerado válido o atestado que contenha o timbre da referida entidade pública ou privada, CNPJ e endereço, devendo ser datado e assinado por pessoa física identificada por seu nome e cargo na entidade.
- ✓ A empresa melhor classificação no processo de licitação deve fazer apresentação das funcionalidades do software de acordo com o termo de referência. A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar no certame deverá comparecer na sede da Secretaria Municipal de Fazenda, no prazo de 4 (quatro) dias úteis após a sessão pública, para realização de Prova de Conceito do Sistema cujo objeto encontra-se descrito no item 1, 2 e seus respectivos subitens deste LOTE 2. O local, data e hora para a Prova de Conceito será informado pelo Pregoeiro na sessão pública do Pregão;
- ✓ Na hipótese da licitante classificada em primeiro lugar no certame em relação ao preço não atender aos requisitos mínimos da Prova de Conceito, o PREGOEIRO convocará a licitante mais bem classificada para realizar a Prova de Conceito, no dia imediatamente posterior ou em outra data a ser definida de acordo com o interesse público.

RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- ✓ Todos os serviços, textos, mapas e planilhas deverão ser conferidos e compatibilizados antes de entregues e assinados em carimbo específico pelo Coordenador da empresa contratada, bem como pelos técnicos responsáveis por cada trabalho. Caso a conferência e compatibilização não tenham sido efetuadas, será considerado produto não entregue

Qualquer falha, erro e omissão detectados nos planos, pesquisas e/ou serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, assim como o custo financeiro gerado pelos mesmos. Após a conclusão dos trabalhos, eventuais revisões poderão ser solicitadas pelo Município. Apenas aquelas caracterizadas como modificações, convenientemente acordadas entre as partes, serão passíveis de remuneração.

- ✓ Os produtos devem ser apresentados à Prefeitura Municipal de Paracambi sob a forma de Relatórios Parciais.
- ✓ Os produtos resultantes do presente Termo de Referência serão de propriedade da Prefeitura Municipal de Paracambi-RJ.

ACEITAÇÃO DO OBJETO

O recebimento dos serviços concluídos para liberação dos produtos terá o seguinte procedimento:

- ✓ Recebimento dos relatórios parciais e finais;
- ✓ Verificação e encaminhamento de comentários para compatibilização, quando for necessário;
- ✓ Recebimento dos serviços depois de efetuadas as alterações pela contratante na verificação;
- ✓ Formalização da conclusão da fase aprovação e da etapa em questão, através de comunicação oficial à contratada, emitida pela contratante;
- ✓ Autorização para emissão final;
- ✓ Formalização do recebimento final e emissão de termo de recebimento definitivo.

A CONTRATADA reserva-se o direito de não receber o objeto, entregues em desacordo com as especificações solicitadas, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei 8.666/93.



16 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

16.1 - DA CONTRATANTE

- a) Ao município de Paracambi, cabe a análise e validação dos trabalhos desenvolvidos em cada etapa pela contratada, fazendo cumprir as exigências legais.
- b) Cabe ainda ao município de Paracambi o repasse das informações existentes na administração que possam contribuir para a elaboração do trabalho, a articulação da participação com a sociedade (com os segmentos e atores sociais, no sentido de viabilizar a estratégia de participação definida nos levantamentos iniciais) e a articulação institucional necessária à integração de órgãos da administração municipal e de demais níveis de governo a serem envolvidos no processo de criação do plano.
- c) Pagar a prestação de serviços após atestado positivamente à conclusão dos trabalhos e entrega dos documentos inerentes para recebimento da prestação de serviços tais como certidões negativas e demais documentações necessárias.

16.2 - DA CONTRATADA

- a) A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato. Os serviços constantes deste Termo deverão ser desenvolvidos no âmbito da contratada, exceto quando disposto em contrário pela municipalidade;
- b) Cabe à Empresa contratada a execução de todos os serviços descritos e constantes neste Termo de Referência, planilhas e/ou solicitações de atendimentos, fornecendo, para tanto, toda a mão-de-obra e equipamentos necessários;
- c) Dar informações sobre o andamento da execução dos serviços, atendendo aos prazos para a entrega dos mesmos.
- d) São de responsabilidade da contratada:
 - ✓ Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica ART ou CAU o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT referentes ao objeto do contrato e aos produtos desenvolvidos;
 - ✓ Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;
 - ✓ Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços;
 - ✓ Os profissionais contratados devem estar cientes de que, todo e qualquer produto pertencerá ao poder público municipal, ressalvada a autoria, não se caracterizando a obrigatoriedade de contratação do autor que elaborou, para modificações futuras porventura necessárias;
 - ✓ A Prefeitura Municipal de Paracambi terá irrestrito acesso a qualquer material produzido pela empresa para o cumprimento da contratação norteadas por este Termo, bem como a quaisquer sistemas digitais porventura utilizados, como os respectivos códigos de acesso. A contratada se obriga a manter sigilo sobre informações a ela confiadas em caráter reservado;
 - ✓ A aprovação formal nos diversos órgãos de fiscalização e controle será realizada diretamente pelo autor do Projeto e será de sua responsabilidade a introdução das modificações necessárias à sua aprovação. A aprovação do Projeto não eximirá os autores do Projeto das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais;
 - ✓ Será responsável pela existência de toda e qualquer irregularidade, comprometendo-se a repará-la, desde que provenham da má execução do serviço, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Paracambi;



- ✓ Para qualquer serviço mal executado, a fiscalização terá o direito de modificar, mandar refazer, sem que tal fato acarrete ressarcimento financeiro ou material, bem como a extensão do prazo para conclusão do serviço.

17 - VIGÊNCIA DO CONTRATO:

17.1 - A vigência do contrato será 12 (doze) meses, a contar do dia subsequente à data de publicação no Diário Oficial, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

17.2 - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidos as demais cláusulas do Contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no Art. 57, parágrafo 1º da Lei Nº. 8.666/93, com suas respectivas alterações.

18 - DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento relativo à execução dos serviços contidos no **Item 14 - PLANO DE TRABALHO**, sendo encaminhado o pedido de pagamento através de nota fiscal emitida pela contratada, que necessariamente será confirmada e atestada por 03 (três) servidores, conforme determina a legislação municipal.

18.2 O procedimento para pagamento observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

19 - DA RESERVA ORÇAMENTARIA E FONTE DE RECURSO

19.1 As reservas orçamentarias serão realizadas de acordo com a indicação dos recursos estabelecidos neste Termo de Referência.

Elemento de Despesa	Cód. Reduzido
3.3.90.39.00.00.00.00	2557

Origem dos Recursos	
024	ROYALTIES

Programa de Trabalho	Descrição
11.01.04.123.0006.2026	ADMINISTRAÇÃO GOVERNAMENTAL

20 – DAS INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO REQUISITANTE

20.1 Secretaria Municipal de Finanças

20.2 Endereço: Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – CEP. 26.600-000 - Paracambi RJ

20.3 Horário de expediente: 8hs às 17hs

20.4 **Fone:** **Ramal:**

20.5 **E-mail:**

Paracambi, 04/05/2022.

Responsável pela Elaboração
CLEYTON BRITO DE SOUZA
Cargo

Aprovo termo de referência.



Paracambi, 08/05/2023.

CARLOS GUTTENBERG CHAVES VICTORINO

Secretaria Municipal de Finanças

MATRÍCULA:

ANEXO 7

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO GESTÃO TRIBUTÁRIA URBANA E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E

_____.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi-RJ, inscrito no CNPJ nº 29.138.294-0001-02, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Sr. Carlos Guttenberg Chaves Victorino, Secretário Municipal de Finanças, matrícula 14.512, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, situada na _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada, nesta ato, por _____ (qualificação completa do representante da contratada) doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato para a **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO GESTÃO TRIBUTÁRIA URBANA E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**, de acordo com o processo administrativo nº **3265/2022** e o Termo de Dispensa/Inexigibilidade de Licitação nº _____, observando-se as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Municipal nº 4.481/2017 e Decreto Municipal nº 5.267/2021.



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto: **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO GESTÃO TRIBUTÁRIA URBANA E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**, de acordo com os quantitativos indicados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
------	-----------	------	-------	--------------------	-----------------

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- II. fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- V. emitir e ou requerer todas as licenças necessárias para o cumprimento do objeto do contrato

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. fornecer o objeto contratado observando todas as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do Município;
- II. executar o objeto com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a fornecimentos dessa natureza;
- III. efetuar, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, no tempo determinado por este, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados nos bens fornecidos, sempre que a ela imputáveis;
- IV. quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pelo **MUNICÍPIO** obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de fornecimento impugnadas;
- V. obedecer estrita e rigorosamente aos prazos estabelecidos neste Contrato e no Edital, cabendo ao Município, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização;
- VI. requerer, junto aos órgãos competentes, a autorização para execução de quaisquer atividades envolvidas neste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento dos mesmos e pela fiel observância da legislação aplicável;
- VII. permitir ao Município, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso a suas dependências, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhe forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- VIII. substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- IX. disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;



- X. comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o Município, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o Município no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- XI. arcar com ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do Município;
- XII. arcar com todas as despesas de alocação e transporte de sua equipe necessárias à plena execução do objeto contratado;
- XIII. arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;
- XIV. aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, conforme estabelece o § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- XV. responsabilizar-se por quaisquer danos ocasionados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros em decorrências de atos ou omissões perpetrados quando da execução do objeto do contrato;
- XVI. responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- XVII. manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/1993;
- XVIII. apresentar ao Município, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada, assim como comprovante de pagamento dos salários e demais parcelas trabalhistas aos empregados utilizados para a consecução do objeto contratual;
- XIX. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar a prestação de serviços;
- XX. Correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de imprudência, negligência ou imperícia sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:
- a) má qualidade dos serviços prestados;
 - b) violação do direito de propriedade industrial;
 - c) furto, perda, roubo, deterioração ou avarias de materiais ou equipamentos;
 - d) ato ilícito seu e de seus empregados ou prepostos que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;
 - e) acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com seus empregados ou terceiros, na execução dos serviços necessários à execução contratual ou em decorrência da execução deles.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

O valor total previsto para este contrato é de R\$ _____ (_____), passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo segundo. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irreajustáveis pelo período de **12 (doze) meses** a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice _____ (índice de reajuste), na forma do art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001.



Parágrafo terceiro. A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, em virtude de eventos supervenientes, a fim de assegurar manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostadas aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS:

PROGRAMA DE TRABALHO:

ELEMENTO DE DESPESA:

Parágrafo único. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** iniciará a execução contratual no prazo máximo indicado na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento do objeto do presente contrato ficará a cargo da Comissão de Fiscalização designada pela autoridade requisitante, que será responsável por:

- I. fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- II. notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;
- III. suspender a execução do fornecimento julgado inadequado;
- IV. sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- V. exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do objeto contratado, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 109, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.



Parágrafo sexto. A fiscalização do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:

- I. provisoriamente, confirmando-se no prazo de 10 (dez) dias, contados do fornecimento do material, a adequação às especificações técnicas e à quantidade exigida em parecer circunstanciado da fiscalização do contrato;
- II. definitivamente, após parecer circunstanciado da fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O objeto do presente contrato será executado sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**, observando-se os valores e as periodicidades de cada etapa.

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente à prestação efetiva do serviço objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no termo de referência e no termo de dispensa/inexigibilidade de licitação.

Parágrafo segundo. Eventuais discrepâncias nos serviços prestados poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

Parágrafo terceiro. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

Parágrafo quarto. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** apresentar solicitação formal de pagamento, instruída com os documentos exigidos pelo Decreto Municipal nº 4.481/2017.

Parágrafo quinto. Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo sexto. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo _____ (índice de atualização financeira) e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo sétimo. Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo oitavo. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá oferecer garantia do **OBJETO**, conforme prevê o Termo de Referência - **ANEXO 6**.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo único. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**;

V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V.

Parágrafo Primeiro - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Segundo - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.

Parágrafo Quarto - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra II, III e IV.

Parágrafo Quinto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

Parágrafo Sexto - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Oitavo - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

As partes se vinculam aos termos do presente contrato, às regras previstas no edital de licitação e ao termo de referência, bem como à proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

As circunstâncias ocorridas durante a execução do contrato que não foram previstas no presente instrumento serão resolvidas a partir da aplicação da Lei Federal nº 8.666/1993 e os princípios de Direito Público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, ____ de _____ de 20__.

MUNICÍPIO



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF:

1 - _____
CPF: